dos(as) candidatos(as) considerados **APTOS** na **Avaliação Psicológica**.

15. Será facultado ao candidato avaliado como **INAPTO**, e somente a este, conhecer o resultado da avaliação por meio de **entrevista devolutiva** com o psicólogo responsável, para conhecimento das razões da não recomendação.

15.1. O agendamento da entrevista devolutiva para o candidato considerado **INAPTO** será marcado junto a Comissão Especial Eleitoral, no primeiro dia útil após a publicação no diário oficial da relação nominal dos candidatos APTOS na Avaliação Psicológica.

15.2. Fica facultado ao candidato INAPTO comparecer à **entrevista devolutiva** acompanhado por um psicólogo assistente, ativo e devidamente inscrito no Conselho Regional de Psicologia, não integrante direta ou indiretamente do processo Eleitoral do Conselho Tutelar.

15.3. O candidato que optar por não ser representado por psicólogo, comparecerá sozinho à entrevista devolutiva.

15.4. O psicólogo assistente não poderá interferir na **entrevista devolutiva**, apenas acompanhará o(a) candidato(a) e fará as anotações que entender necessárias, para **posterior recurso endereçado à Comissão Especial Eleitoral**.

15.5. A devolutiva do psicólogo será exclusivamente de CARÁTER INFORMATIVO, para esclarecimento do motivo da inaptidão do(a) candidato(a) nas etapas do processo avaliativo, não sendo considerada como nova avaliação psicológica.

15.6. Em caso de recurso, a escolha e a contratação do psicólogo assistente, são de inteira responsabilidade do candidato.

15.7 Para a **entrevista devolutiva** e apresentação de recurso, não será admitida a remoção dos testes do candidato do seu local de arquivamento.

15.8 Não haverá novo agendamento de data, horário e local para a **entrevista devolutiva**.

15.9 Após a realização da **entrevista devolutiva**, o(a) candidato (a) que não concordar com as razões apresentadas, estando ou não acompanhado de psicólogo que o represente, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para interpor **recurso de revisão, a Comissão Especial Eleitoral**, de acordo **com os procedimentos estabelecidos para este fim**, devidamente fundamentado, que deverá apoiar-se na literatura pertinente e apropriada aos métodos utilizados.

15.10. O(a) candidato(a) poderá requerer formalmente, após a **entrevista devolutiva**, documento resultante da avaliação psicológica.

15.11 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado e desde que estejam devidamente fundamentados.

15.12 O recurso deverá ser protocolado em 2 (duas) vias, uma para o candidato, **e a outra será encaminhada a Comissão Revisora, indicada**

pelo Comissão Especial Eleitoral, a qual julgará o recurso.

16. A **Comissão Revisora** será composta por **três Psicólogos** inscritos no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, com capacitação comprovada na área de Avaliação Psicológica, tendo conhecimento e domínio da correção e interpretação dos instrumentos utilizados para realização da Avaliação Psicológica, indicado pelo Conselho Regional de Psicologia e ou Faculdades de Psicologia do Município de Santos, não integrantes do processo eleitoral.

16.1. A **Comissão Revisora** e tão somente ela, terá acesso ao resultado das etapas que integram a Avaliação Psicológica.

16.2 A **Comissão Revisora** apresentará parecer escrito e fundamentado, com conclusão de **DEFERIDO** ou **INDEFERIDO**, publicado pela Comissão Especial Eleitoral no diário oficial.

16.3 Não haverá qualquer outro recurso e/ou pedido de reconsideração da decisão da **Comissão Revisora**.

16.4. O(a) candidato(a) será chamado(a) pela **Comissão Especial Eleitoral** para ciência da decisão do recurso, cujo conteúdo não será publicado para preservar a privacidade do(a) mesmo(a), podendo ou não comparecer.

19. Os casos omissos serão dirimidos pela **Comissão Especial Eleitoral** e respeitando as normativas do Conselho Federal de Psicologia.

20. O candidato deverá observar também as normas e os procedimentos, contidos na **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 362/2023 - CMDCA SANTOS/SP**, suas alterações e retificações.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento é expedido o presente Ato nº 16.

Santos, 22 de maio de 2023

FILIFE AUGUSTO REZENDE
PRESIDENTE DO CMDCA
CLAUDIA DIEGUES KRAWCZUK
COORDENADORA DA COMISSÃO ESPECIAL
ELEITORAL

CONSELHO MUNICIPAL DE **ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 932 / 2023 – CMAS **DISPÕE ACERCA DA INSCRIÇÃO**

O **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.378, de 27 de dezembro de 1994, reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2.301 de 04 de março de 2005, alterada pela Lei nº 2.344 de 23 de novembro de 2005; alterada pela Lei nº. 2781/2011 e alterada pela Lei n.º 3.612/2019, considerando a RESOLUÇÃO CNAS/

MDS Nº 95, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023, Resolve:

Art. 1º - Proceder ao **CANCELAMENTO** do registro de inscrição da oferta: "**Programa "Prepara Jovem"**" da Organização Social ASPPE – Pesquisa, Prevenção e Educação, CNPJ 71.554.695/0001-00, por descumprimento do artigo 01º da RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 95, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023.

Art. 2º - O CMAS deverá, após a publicação do presente, comunicar aos órgãos públicos competentes, a deliberação do colegiado.

Art. 3º - A presente Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Santos, 22 de maio de 2023.

JOSENICE PROFÍRIO
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 933 / 2023 – CMAS **DISPÕE ACERCA DA INSCRIÇÃO**

O **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.378, de 27 de dezembro de 1994, reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2.301 de 04 de março de 2005, alterada pela Lei nº 2.344 de 23 de novembro de 2005; alterada pela Lei nº. 2781/2011 e alterada pela Lei n.º 3.612/2019, considerando a RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 95, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023, Resolve:

Art. 1º - Proceder ao **CANCELAMENTO** do registro de inscrição do **Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Residência Inclusiva** da Organização Social Centro Espírita Beneficente "30 de Julho", CNPJ 58.198.128/0001-91, por descumprimento do artigo 01º da RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 95, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023.

Art. 2º - O CMAS deverá, após a publicação do presente, comunicar aos órgãos públicos competentes, a deliberação do colegiado.

Art. 3º - A presente Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Santos, 22 de maio de 2023.

JOSENICE PROFÍRIO
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 934 / 2023 – CMAS **DISPÕE ACERCA DA INSCRIÇÃO**

O **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.378, de 27 de dezembro de 1994, reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2.301

de 04 de março de 2005, alterada pela Lei nº 2.344 de 23 de novembro de 2005; alterada pela Lei nº. 2781/2011 e alterada pela Lei n.º 3.612/2019, considerando a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de maio de 2023, Resolve:

Art. 1º - Proceder à retificação do registro de inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo para mulheres em situação de rua, da Instituição Fraternidade de Aliança Toca de Assis, CNPJ 34.084.109/0005-08, que passa a ser chamada de "Toca de Assis Irmãs", sob nº. 072.

Art. 2º - O CMAS deverá, após a publicação do presente, comunicar aos órgãos públicos competentes, a deliberação do colegiado.

Art. 3º - A presente Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Santos, 22 de maio de 2023.

JOSENICE PROFÍRIO
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMUNICADO 006/2023 CMAS **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA O** **PREENCHIMENTO DAS VAGAS EXISTENTES NO** **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Art. 1º. A presente Chamada Pública tem caráter exclusivo de preencher as vacâncias existentes na composição do Conselho Municipal de Assistência Social para gestão 2022/2023.

Art. 2º. As vacâncias existentes são:

Representantes das/os Usuárias/os e de Organização de Usuárias/os e de Movimentos Sociais:

06 (seis) vagas de suplentes.

Representantes de Trabalhadores:

04 (quatro) vagas de suplentes.

Art. 3º. A referida Chamada Pública iniciará no dia 17 de maio de 2023 com encerramento quando todas as vagas forem preenchidas, na sede do Conselho, situada à Rua XV de novembro nº. 183 – 2º andar, no bairro Centro, em Santos/SP, no horário das 8h às 14h.

Art. 4º. Poderá participar qualquer pessoa que represente os segmentos em vacância, descritos abaixo:

representantes de trabalhadores que atuam nos serviços, programas e projetos socioassisten-